

ELEIÇÕES E PLANOS

Roberto Rodrigues*

A Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas vem discutindo, em diversos eventos, os principais temas de interesse da sociedade e que deverão ser objeto de questionamento aos candidatos à Presidência da República nas eleições de outubro próximo. A ideia é abrir o debate em torno de questões centrais para o desenvolvimento do país, sem apresentar uma posição formal da Escola, mas dando oportunidade ao posicionamento das diferentes forças políticas que se enfrentarão no pleito. É assim que estão sendo trabalhadas, por exemplo, as ideias em torno das reformas essenciais, como a tributária, a previdenciária e a política. Da mesma forma está tratada a política comercial externa, sob os valores da OMC mas também considerando acordos bilaterais ou multilaterais que estão crescendo à margem daquela instituição, além da onda neo-protecionista recentemente protagonizada pelo governo norte-americano e seus reflexos globais. Todos os setores econômicos e sociais do país estão participando desse amplo debate.

O agronegócio não ficou de fora. Ao contrário, vem trabalhando ativamente para apresentar aos candidatos uma plataforma cuja ênfase é transformar o Brasil no campeão mundial da segurança alimentar. Destaca-se aí o conceito central: as entidades representativas do campo, associadas à academia e a consultores respeitados não estão alinhavando um programa de defesa do agronegócio. Muito menos estão propondo um plano de governo para o mandato de 4 anos. Desta vez está sendo desenhado um Plano de Estado, uma estratégia para ações durante, no mínimo, 10 anos.

A premissa é envolver todos os setores ativos do país nesse Plano, a partir do reconhecimento de que o indiscutível sucesso da agropecuária nacional não se dá apenas nas fazendas, não é exclusividade do rural. Ao contrário: a relação com o setor urbano é siamesa, uma vez que as indústrias de insumos e equipamentos, as escolas, os bancos e as academias criadoras de inovação são todos urbanos, assim como a indústria de alimentos e de embalagens, as empreiteiras que constroem a infraestrutura, as tradings e os supermercados. Portanto, o sucesso do agro na geração do PIB, dos empregos, do saldo comercial, na redução da inflação e das taxas de juros deve ser compartilhado com todos os cidadãos brasileiros. Daí que o Plano contemple toda a macroeconomia, sob a ótica liberal, e ofereça propostas para política industrial, comercial, de logística, de tecnologia, de renda para as cadeias produtivas, de gestão, e tudo sob a égide rigorosa da sustentabilidade, considerada como elemento chave para a nossa competitividade.

Trata-se de um ineditismo orquestrado pelo agronegócio, considerando essa interação entre o urbano e o rural, mas também entre o público e o privado, uma vez que até mesmo as formas de organização em cooperativas, associações e sindicatos está sendo avaliada.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**